



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

12 e 13 DE
JUNHO DE
2021



REPÓRTER

70

Casório no TJPA

Um casamento comunitário encerra a V Semana Estadual da Conciliação, hoje, com a união oficial de 42 casais.

> ATERRO NOVO PRAZO

Como esperado, as prefeituras de Belém e Ananindeua ingressaram, ontem, com agravo de instrumento para tentar manter o aterro sanitário de Marituba funcionando até 30 deste mês. O prazo atual termina na terça-feira, 15. Na prática, significa que na quarta, 16, os dois municípios não terão mais para onde levar 1,2 mil toneladas de lixo doméstico, produzidas diariamente, o que geraria um caos no saneamento público. A expectativa, contudo, é de que a Justiça autorize a prorrogação. O argumento é de que esse tempo seria necessário para manter a negociação entre os municípios, a empresa Guamá Tratamento de Resíduos e o Ministério Público.

CONSENSO

No agravo de instrumento, as prefeituras de Belém e Ananindeua informam à Justiça que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado sinalizou com a possibilidade de prorrogação e que a própria empresa concorda com o novo prazo. "Em face de tal circunstância e para que não fique prejudicada a negociação em curso, bem como para evitar qualquer paralisação do funcionamento do empreendimento que possa afetar a população das referidas cidades ficou acertado, consensualmente, que os municípios peticionariam a vossa excelência solicitando que houvesse a prorrogação do prazo de funcionamento por mais 15 dias, ou seja, até 30 de junho de 2021", escrevem em trecho da ação destinada ao desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto.

ACORDO

Acordo judicial garantiu o funcionamento do aterro até 30 de maio deste ano. Seria o tempo para que as prefeituras encontrassem uma solução definitiva, o que não ocorreu. Agora, Belém e Ananindeua esperam prorrogar o funcionamento do aterro por mais dois anos. Marituba é contra. Já a Guamá Tratamento de Resíduos diz que precisaria de novo aporte de recursos para garantir o funcionamento por esse período.

Vigia deixa de exigir título de eleitor

JOÃO THIAGO DIAS
DA REDAÇÃO

Desde a quarta-feira, 9, o título de eleitor não é mais exigido para a vacinação contra a covid-19 no município de Vigia de Nazaré, no nordeste paraense. A prefeitura municipal, que está realizando a etapa de imunização por faixa etária (sem comorbidade), passou a pedir apenas comprovante de residência, cartão SUS e CPF, após um comunicado do Ministério Público do Estado (MPPA), informando sobre a irregularidade na exigência desse documento para a imunização.

A secretária municipal de Saúde, Patricia Soeiro, comentou, em vídeo publicado no Instagram da Prefeitura de Vigia na segunda, 7, que a exigência do título de eleitor era uma forma de garantir que todos os vigienses que residem no município pudessem ter acesso à vacina, pois, assim como

em todos os municípios paraenses, as doses que são repassadas seguem o censo demográfico.

A prefeitura reforçou que essa era a forma encontrada de garantir o imunizante para toda população vigiense. Também evitando a migração de pessoas de outros municípios e, até mesmo, de outros estados, podendo causar uma falta da vacina para os vigienses.

O Ministério Público observou, porém, que "a obrigatoriedade da comprovação de residência viola os princípios de universalidade do SUS, que deve atender a todos os cidadãos sem ressalvas", informou, em nota enviada ontem (11) ao Grupo Liberal.

O MPPA informou que considerou a situação atípica em decorrência da covid-19 e a necessidade de um controle do Plano de Imunização, visto que as vacinas são recursos finitos e escassos, mas que entende

que o título de eleitor não é a melhor forma de manter esse controle, "visto que a noção de domicílio eleitoral é distinta e mais fluida que o domicílio civil, tendo em mente que parte da população mantém como município eleitoral a cidade em que nasceu ou na qual reside sua família, enquanto residem em outro município".

Ontem, 11, a gestão municipal divulgou uma nova nota explicando que mudou os critérios de exigência de documentação após o comunicado do MPPA. Sendo assim, a imunização contra a covid-19 por idade segue da seguinte forma em vários pontos da cidade: segunda (14), de 35 a 39 anos; terça (15), de 30 a 34 anos; quarta (16), de 25 a 29 anos; quinta (17), de 20 a 24 anos; e sexta (18), de 18 e 19 anos. Das 8h às 14h, em doze pontos montados em várias localidades do município.

OPERAÇÃO

PF investiga desvio de recursos em Altamira**ANA CAROLINA MATOS**
DA REDAÇÃO

Uma ação, deflagrada na manhã de ontem pela Polícia Federal de Altamira, investiga o desvio de recursos públicos da prefeitura do município do sudoeste paraense, durante o período da gestão de 2013 a 2020, de Domingos Juvenil (MDB). As investigações da "Operação Prenúncio Criminal" têm como base fraudes em licitações para beneficiar uma empresa do ramo de construção civil, sem que houvesse uma espécie de garantia da prestação dos serviços contratados.

Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pela Vara Criminal da Justiça Estadual

de Altamira: quatro cumpridos no município de origem dos crimes investigados e um na capital paraense. Por volta de 20 agentes federais foram mobilizados para trabalharnação.

A força-tarefa investiga os crimes de frustração de direito assegurado por lei trabalhista; peculato, corrupção passiva; fraude em procedimento licitatório e apropriação e uso de bens públicos para proveito próprio.

A operação é um desdobramento da Operação Prenúncio, deflagrada no segundo semestre do ano passado pela Polícia Federal, com participação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio de ação de improbidade administrativa.

EM MOSQUEIRO

Comerciantes questionam decisão judicial

DA REDAÇÃO

Representantes dos barraqueiros e de artistas de Mosqueiro se reuniram, ontem, com a agente distrital da ilha, Vanessa Eglá, para buscar uma flexibilização nas regras sanitárias, depois que a fiscalização foi intensificada pelos agentes públicos coibindo aglomerações e música ao vivo. A agente pro-

meteu intermediar um diálogo com a Promotoria do Ministério Público de Mosqueiro.

A reação dos trabalhadores se deu após ofício do magistrado José Torquato Araújo de Alencar, juiz da Vara Distrital da ilha de Mosqueiro, enviado ao comandante do 25º Batalhão da Polícia Militar do Pará, tenente-coronel Francisco Ferreira, na quinta-feira, 10, ordenando a intensificação da fiscalização contra aglomerações e proibindo

atividades musicais nos comércios de bares e barracas da ilha.

Na reunião, ocorrida na Agência Distrital, os comerciantes se posicionaram contra a decisão do magistrado, que proibiu "música ao vivo de qualquer espécie". "Vai chegar o mês de julho, único momento que nossa economia da ilha aumenta a renda, gerando renda para profissionais como cozinheiros, garçons, administradores,

fornecedores e uma série de outros profissionais envolvidos. Por isso, estamos procurando a agência distrital para nos ajudar a encontrar uma solução para esse problema", disse o empresário Ramiz Giestas Rachid.

A agente distrital disse que poderá iniciar um diálogo com a Promotoria do Ministério Público de Mosqueiro, o que pode resultar na flexibilização das regras contidas na liminar.

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

ACORDO

A Justiça estadual homologou acordo sobre a retomada de eventos durante a pandemia em Santarém. Por ora, restaurantes, bares e afins poderão funcionar até 1h de segunda a sábado e meia-noite aos domingos. Já a realização de eventos, como festas e shows, segue proibida, além da presença de público em eventos esportivos. Em caso de descumprimento, serão cassados e/ou suspensos os alvarás sanitários e as licenças da Polícia Administrativa, além da aplicação de multa na quantia mínima de R\$ 20 mil por evento.

TARRAFA

O saldo da 'Operação Tarrafa', colocada em prática para coibir ações criminosas nos rios do Estado, teve números altamente positivos apresentados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup). A ação começou na última quinta-feira, 3, e se estendeu até o domingo, mobilizando 35 agentes. As equipes fizeram abordagens para coibir o tráfico de drogas, localizar foragidos da Justiça, veículos roubados e transporte de madeira ilegal. Na operação ainda foram detidos 17 haitianos portando passaportes com visto negado.

LINHA DIRETA

Vai ter casamento comunitário e virtual pelo TJPA neste Dia dos Namorados, 12 de junho, a partir das 8h, para unir judicialmente 42 casais, com transmissão pela plataforma Microsoft Teams disponível no site do órgão.



Os suspeitos vão responder
por roubo e por corrupção ativa
• FOTOS: DIVULGAÇÃO

ROUBO DE CIGARROS

LADRÕES DE CARGA SÃO PRESOS EM TAILÂNDIA

Polícia encontrou com a quadrilha 1.700 pacotes de cigarros e um veículo Jetta, que foi apreendido e encaminhado à delegacia de Polícia Civil de Tailândia. Bando ainda tentou subornar os policiais.

SUCESSO NA MISSÃO

JR Avelar

Uma quadrilha especializada em roubo de carga foi desmontada pela Polícia Militar através da 6ª Companhia Integrada que atua como braço forte da lei na cidade de Tailândia, na região sudeste do Estado.

As informações são do major Correa, comandante da Companhia, dando conta que foi in-

formado que na rodovia PA-150, próximo da vicinal 43, havia ocorrido um grande roubo de uma carga de cigarros.

O efetivo se deslocou de imediato para a localidade e ao chegar foi possível localizar um veículo Hilux, que foi interceptado sendo que o condutor ainda tentou empreender fuga sendo capturado juntamente com um parceiro.

O homem foi identificado como João Batista Alves dos Santos, que tinha mandado de prisão expedido pela Justiça,

e o parceiro Carlos Lázaro de Paiva Junior, foram interrogados confessando que haviam subtraído a carga de cigarros.

Os assaltantes informaram o local onde haviam deixado a carga, tendo a Polícia Militar chegado ao local encontrando Balthazar Werley Quaresma de Souza, que também tinha mandado de prisão fazendo a guarda da carga.

No local foram encontrados 1.700 pacotes de cigarros e um veículo Jetta, que foi apreendido e encaminhado

à delegacia de Polícia Civil de Tailândia para procedimento. Balthazar Quaresma apresentou documento falsificado com o nome de Antônio Gustavo Jesus da Silva.

Durante a viagem da vicinal 43 até a cidade de Tailândia os criminosos iniciaram uma conversa franca e aberta com os policiais militares oferecendo a quantia de R\$ 100 mil para que fossem liberados.

Após a comprovação da oferta, os três homens foram informados pelo major Correa que

além do crime de roubo seriam apresentados e enquadrados também por corrupção ativa.

A chegada dos presos na delegacia de Tailândia foi cercada de muita "onda". Repórteres e cinegrafistas foram agredidos na entrada da delegacia a chutes por um dos presos.

O delegado de Tailândia parabenizou a atuação da Polícia Militar e enquadrando os três homens que após a tramitação de praxe já foram colocados a disposição do sistema penitenciário e da justiça.

REPÓRTER

70

> QUESTIONAMENTO HOSPITAL

Um grande hospital de Belém deve explicações. Uma família enlutada questiona a decisão de entubar um paciente com covid-19 na enfermaria, quando o protocolo médico determina que esse procedimento, tido como complexo e arriscado, deve ser feito em UTI. O paciente não resistiu e, sem retaguarda, faleceu. O Ministério Público também já prepara questionamentos sobre os volumosos recursos públicos que o hospital recebe e que, ao que se percebe, não têm sido aplicados devidamente em serviços para a população, como deveria ser. Enquanto famílias choram a perda de entes queridos no hospital, o dono frequenta Miami e possui apartamento no famoso prédio Saint Regis, o mais caro da cidade americana. Este seria apenas um dos bens de quem recebe e movimenta milhões de dólares todos os meses.

EMPOUCASLINHAS

- Quarenta e dois casais participaram ontem do casamento comunitário, que encerrou as atividades da V Semana Estadual da Conciliação.
- A cerimônia foi virtual e teve casais na faixa etária de 19 a 52 anos.

EM 20 ANOS

Pará teve 8 mil escolas fechadas

CLEIDE MAGALHÃES
DA REDAÇÃO

Em duas décadas foram fechadas no Pará 8.182 escolas, sendo 6.752 urbanas e 1.430 rurais. No Brasil, também entre 2000 e 2020, foram fechadas 146.232 escolas, sendo 100.961 urbanas e 45.271 rurais. A maior parte são públicas. O levantamento é do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), que embasa iniciativas como o pacto pela educação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Com a pandemia de covid-19, o professor Salomão Hage, do Instituto de Ciências da Educação (Iced) da Universidade Federal do Pará (UFPA), afirma que a situação se agravou, pois a infraestrutura das escolas

que já era precária, piorou. "Tem se tornado ainda mais difícil com as aulas não presenciais, pois há um abandono total das escolas que se encontram localizadas nas pequenas comunidades rurais, indígenas, quilombolas e extrativistas no Pará. Elas não possuem acesso às tecnologias nem funcionários para cuidar

das escolas", critica Hage, que é pedagogo e coordenador do FPEC.

Para tentar melhorar essa realidade neste período de pandemia, o Fórum tem realizado outras ações para chamar atenção e alertar a sociedade para o problema. Ainda em junho, o Fórum apoiou a realização de uma reunião híbrida, tendo como tema de discussão "Pacto pela Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena ou Pacto pela Educação do Campo, das Águas e da Floresta", sob a liderança do MPPA.

"Precisamos dar visibilidade ao tema na mídia para fortalecer a implementação das nossas ações. A implantação deste pacto tem a finalidade de compro-

meter os gestores públicos estaduais e municipais de educação e os Conselhos Municipais e Estadual de Educação a assumirem o compromisso de assegurar o direito dos povos do campo, indígenas, quilombolas e extrativistas a uma educação diferenciada, que afirme seus modos de vida, seus valores, sua ancestra-

lidade, suas práticas produtivas e manifestações culturais, expresso nas legislações educacionais vigentes", enfatiza Hage.

Ainda segundo ele, na reunião as instituições e entidades manifestaram disposição em colaborar com a construção e implementação do Pacto e receberão o texto para incluir as suas contribuições. Hage informa ainda que esse processo está em curso no mesmo período em que a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Pública da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa) instalou uma Comissão que está elaborando as Diretrizes da Educação dos Povos do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas do Estado do Pará. "Em breve

será um grande marco na legislação educacional paraense, ao estabelecer os parâmetros de qualidade de atendimento aos processos educacionais que atendem esses povos".

A Secretaria de Educação de Estado (Seduc) foi procurada, mas ainda não se manifestou sobre o assunto.

● Ponto de vista

Os efeitos da pandemia no trabalho infantil



O relatório "Trabalho Infantil: Estimativas Globais 2020, tendências e o caminho a seguir", divulgado nesta semana pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Unicef, adverte que milhões de crianças estão em risco pelos efeitos da Covid-19, que elevou para 160 milhões o número de trabalhadores infantis no mundo. O relatório registra o aumento no número de crianças trabalhadoras de 5 a 11 anos de idade.

A situação no Brasil também se agravou muito com a pandemia, a exemplo do grande número de

crianças e adolescentes nas ruas e nos sinais de trânsito das cidades, vendendo balas, água ou simplesmente pedindo, pois, a dor da fome fala mais alto.

A última pesquisa divulgada pelo IBGE, relativa a 2019, registrou 1.800.000 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos explorados no trabalho precoce. O mais grave é que a pandemia do coronavírus provocou a redução de milhares de postos de trabalhos formais e colocou em risco a profissionalização de adolescentes e jovens. E, em consequência, o enfrentamento do trabalho infantil na faixa etária de 14 a 17 anos, tendo em vista que os dados divulgados pelo IBGE/PNAD registram 61,1 milhões de pobres e pobreza extrema, além de 33,2 milhões de pessoas desempregadas até maio 2021, o que nos leva a admitir que os números do trabalho infantil são bem maiores porque a necessidade de sobrevivência empurra crianças e adolescentes

a trocarem a sua força de trabalho por um prato de comida. Aliás, um estudo feito pela OIT concluiu que, quando o índice de pobreza aumenta 1%, o trabalho infantil se eleva, no mínimo, em 0,7%.

Esta realidade demonstra que o Estado Democrático de Direito está perdendo a sua sustentação. É imprescindível que os governos cumpram o art. 227 da Constituição Federal que prescreve prioridade absoluta na proteção de crianças e adolescentes, por meio de políticas públicas que priorizem escola de qualidade e em tempo integral, conscientes de que, a exemplo da Covid-19, o trabalho infantil é também uma cruel pandemia que persiste e que só terminará com a construção de uma nova sociedade baseada na educação, como o caminho de transformação da realidade das pessoas marginalizadas e, consequentemente, o caminho da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, como prescreve o art. 3º da Constituição Federal.

Maria Zuila Lima Dutra

é desembargadora do Trabalho do TRT da 8ª Região. Gestora Nacional e Coordenadora Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho.

PANDEMIA

Crise financeira impulsiona trabalho infantil no Pará

ILEGAL - Justiça do Trabalho promove ações de combate à prática no Estado

FERNANDA MARTINS
ESPECIAL PARA O LIBERAL

Com a crise econômica decorrente da pandemia, a solução encontrada por algumas famílias menos favorecidas foi colocar crianças e adolescentes para trabalhar, visando aumentar a renda do lar. Os números ainda são escassos, mas algumas evidências atestam esta hipótese. "Ainda não temos dados oficiais sobre a situação atual, porém o aumento do trabalho infantil já é percebido a olhos vistos em todas as cidades e áreas do Brasil, a exemplo do que ocorre no mundo. Basta sairmos às ruas e observarmos nas esquinas, semáforos e à frente de farmácias e supermercados", declara a juíza do Trabalho, Vanilza Malcher, que integra a Comissão do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho (TRT8).

Na avaliação dela, a realidade constatada nas ruas sinaliza dados temerosos assim que os levantamentos puderem ser feitos com

segurança. "Isso é um grande alerta a todos nós, porque os efeitos disso serão sentidos não apenas pela criança explorada ou por suas famílias, mas por toda sociedade, agora ou no futuro, já que a infância é breve, essas pessoas crescem e, com elas, também crescem a evasão escolar, a pobreza e a violência. Por isso, conclamamos todos à urgente reflexão e à ação, pois o problema é nosso, e não apenas da família e do poder público", alerta.

O TRT da 8ª Região, por sua função judicante, não tem a atribuição institucional de receber denúncias, porém, diante do forte trabalho que realiza no enfrentamento do trabalho infantil, é muito comum, e quase que diário, sua comissão de combate ao trabalho infantil receber registros fotográficos ou denúncias desse tipo de trabalho em diversos pontos de Belém e Região Metropolitana. "Especialmente neste período de pandemia, é visível o aumento da exploração da mão de obra de crianças e adolescentes, não apenas em nossa região, mas no mundo, onde, segundo levantamento fei-

to pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), já somam 160 milhões de trabalhadores infantis. Há quase nove milhões a mais de crianças em risco de trabalho infantil até 2022, como resultado da pandemia

"Há quase nove milhões de crianças em risco de trabalho infantil até 2022"

1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, e isso representava 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária. "Desse quantitativo, 24,2% se concentravam em atividades agrícolas, com quase a metade deles realizando trabalho infantil perigoso", observa.

Já na área urbana predomina o trabalho infantil na área do comércio e reparação, com 27,4%; merecendo também destaque o trabalho infantil doméstico que aparece com 7,1%, enquanto a legislação brasileira proíbe o trabalho doméstico para menores de 18 anos.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização ajuda a combater ao trabalho infantil. "Infelizmente, em 2019, a informação que já tínhamos era de queda no número de fiscalizações para o enfrentamento desse problema. Isso diminuiu mais ainda neste período de pandemia, principalmente a necessidade de distanciamento social e trabalho remoto", diz.

da covid-19 e, o que é mais sério e preocupante, com um aumento substancial no número de crianças de 5 a 11 anos em situação de trabalho infantil", acrescenta magistrada.

E se nos grandes centros é possível visualizar este aumento, é nas regiões rurais que estão normalmente as maiores taxas de trabalho infantil. Na PnadC, de 2020, referente ao ano de 2019, constou-se que, no Brasil, tínhamos

Estado busca erradicar trabalho infantil até 2025

Há mais de duas décadas o trabalho infantil foi proibido no Brasil. Apesar da tendência de redução nos números, a lentidão com o que ocorre e as leves altas regulares registradas pelos órgãos de fiscalização dão conta de que a vigilância e conscientização da população se faz mais necessária do que nunca. O Pará registrou em 2019 mais de 50 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos exercendo funções tidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com as piores possíveis para estes jovens. Em mais um Dia de Combate ao Trabalho Infantil, entidades se unem em ações que jogam luz sobre o problema.

O Brasil é signatário das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, entre elas o compromisso de erradicar o trabalho infantil até 2025. No entanto, se permanecer no atual ritmo de combate ao problema, essa meta dificilmente será alcançada. O Pará não foge desta realidade, sendo atualmente o quarto no ranking nacional de crianças exercendo funções na lista TIP – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil –, com 50.983 crianças e adolescentes nestes postos de trabalho. O estado perde apenas para Minas Gerais, São Paulo e Bahia, respectivamente. Atualmente, 5,7% da população do Pará entre 5 e 17 exerce

atividade econômica ou de autocuidado.

Até a década de 80 ainda era muito difundida na sociedade brasileira a ideia de que o trabalho infantil era algo positivo na formação de crianças e adolescentes. “A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 representam marcos importantes para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes, ao mudarem a perspectiva, para vê-los como de direitos e colocá-los sob a responsabilidade não apenas da família, mas do Estado e da sociedade”, explica a promotora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rejane Alves.

ESTATÍSTICAS

O trabalho infantil passou a ser contabilizado apenas a partir do ano de 1992, pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Considerando as Pnads de 1992 a 2016, o trabalho infantil caiu de 7,8 milhões, para 2,4 milhões. “Vale destacar que essa redução foi de aproximadamente 69%, no entanto, nesse período, observou-se mudanças metodológicas nas Pnads, como por exemplo no ano de 2003, a população rural de seis dos sete estados da região Norte do país, não foram computadas”, observa a promotora.

Campanha da PMB visa proteção dos mais jovens

Essa semana, a Prefeitura de Belém criou uma Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador no Município de Belém. O decreto, assinado pelo prefeito Edmilson Rodrigues, foi publicado na edição da última quarta-feira, 9, do Diário Oficial do Município.

A Comissão será formada por representantes, titulares e suplentes, da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), Centro de Referência em Educação Ambiental - Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (Funbosque); Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e

Renda (Ver-o-Sol); Secretaria Municipal de Economia (Secon); Secretaria Municipal de Educação (Semec); e Secretaria Municipal de Saúde (Sesma).

Através da parceria do Ministério Público do Trabalho e da Escola Salesiana do Trabalho, a Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e Estimulo à Aprendizagem, do TRT8, foi lançada na última sexta-feira (11), a campanha "Têm Criança precisando de Nós - parte 2", com um novo objetivo: arrecadar equipamentos tecnológicos, como computadores novos ou usados; tablets; celulares, que serão doados para os alunos de escola pública.



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

DIREITO

Cessão do Crédito Trabalhista

Nos estudos relativos ao direito do trabalho, deparamo-nos com princípios que buscam a proteção do empregado perante o empregador, em que a finalidade de tais princípios tem como base diminuir a diferença entre capital e trabalho. Na relação trabalhista, observamos muitas normas de direito público, ensejando a impossibilidade do empregado em renunciar aos direitos oriundos do contrato de trabalho, dentro dessa ótica, estamos tratando do princípio da irrenunciabilidade.

Em outra oportunidade defendemos a aplicação no processo do trabalho do art. 940 do Código Civil que aborda o indébito em face alteração do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho que garante que o direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, e agora, entendemos ser plenamente possível a cessão de crédito trabalhista, não de crédito em que o pacto laboral esteja em plena vigência, mas, sim, após ter judicializado e com o trânsito em julgado.

De acordo com o artigo 876 da CLT, a sentença e o acordo homologado em juízo são títulos executivos judiciais, e que tais títulos podem ser objeto de transmissão de obrigações, especificamente

na cessão de créditos. O código civil em seu artigo 286 é claro ao estabelecer que o credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação. Nesse sentido, podemos observar que é plenamente aplicado esse negócio jurídico perante a justiça do trabalho após o trânsito em julgado.

Discute-se a competência da Justiça do Trabalho para o presente caso, uma vez que na cessão, observamos o cedente e o cessionário, este, é o novo titular do direito, alheio a relação de trabalho, aquele, o empregado que cedeu os direitos oriundos de um título executivo judicial. A Emenda Constitucional 43/2004 pautou a competência da justiça especializada na relação de trabalho. Admitida a cessão de crédito, e caso a justiça do trabalho considere incompetente para dar continuidade ao feito, é plenamente legal a remessa dos autos à justiça comum estadual.

Jaciel Papaléo Paes é
Professor e Advogado.

MINUTA

- O Juiz Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior, titular da 16ª Vara do Trabalho de Belém, foi empossado como desembargador da Corte, pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) desembargadora Graziela Leite Colares, em cerimônia reservada, que contou com a presença de familiares. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União do dia 8 e atendeu ao critério de merecimento.
- A primeira reunião da Correição Ordinária do TRT8 foi reservada entre o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá, desembargadora Graziela Leite Colares e a vice-presidente do TRT8, desembargadora Maria Valquíria Norat Coelho, por meio de videoconferência.
- Durante a 5ª edição da Semana Estadual da Conciliação, entre 7 e 11 de junho, foram realizadas, aproximadamente, 1.541 audiências virtuais e 1.483 presenciais, totalizando mais de 3 mil audiências, referentes a processos cíveis que envolvem direitos disponíveis ou indisponíveis transigíveis e audiências de acordo de não persecução criminal no âmbito da justiça criminal. A Semana é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Pará que tem à frente a desembargadora Dahil Paraense.
- O atendimento pré-processual do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), realizado por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) da capital e demais locais, continua funcionando, mas de forma on-line, via Cejusc Virtual paraense. Completamente digital, o canal dispensa o comparecimento presencial das partes envolvidas às unidades físicas dos Cejuscs. Implantado em todas as comarcas do Estado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPA, o Cejusc Virtual Paraense busca a continuidade da prestação de serviços, mesmo com a suspensão do atendimento presencial como medida de contenção à pandemia da Covid-19.
- O Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) promoveu até sexta-feira, 11, a Semana do Meio Ambiente, com uma programação alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no dia 5 de junho. Entre as atividades da semana, estão oficinas, publicações e apresentação de boas práticas sustentáveis.

Caso “dinheirinho”: Conselho do MP barra arquivamento

Escândalo envolvendo Izabela Jatene, filha de Simão Jatene, teve o arquivamento recusado pelo Conselho Superior do Ministério Público

MAIS UMA VEZ

Ana Célia Pinheiro

O Conselho Superior do Ministério Público do Pará (MP-PA) recusou, mais uma vez, o arquivamento do escândalo do “dinheirinho” de Izabela Jatene, filha do ex-governador Simão Jatene. Foi a quinta tentativa de encerrar o caso, três delas realizadas pelo promotor Rodier Barata de Ataíde, da 4ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa. Em 2019, ele foi alvo de críticas públicas pelo procurador de Justiça Hamilton Salame, porque, durante dois anos, quase nada teria feito para investigar o caso, levando a que quase prescrevesse. A decisão do Conselho de não homologar o arquivamento e designar outro promotor para o caso é do último dia 9 e foi unânime. Além disso, a Corregedoria do MP-PA vai analisar a possibilidade de “supressão de produtividade” de Rodier, uma pontuação para eventual promoção funcional. Em 2019, depois de tentar arquivar a investigação pela primeira vez,



EM IMAGENS 1 Izabela Jatene FOTO: KAI PONTES/AGCOM-SEDUC
2 Simão Jatene FOTO: RICARDO AMANAJÁS



daram realizar todas aquelas diligências que Rodier não realizara. Segundo Salame, ao longo de quase 2 anos, o promotor se limitava a anexar aos autos alguns documentos, como a cópia de uma notícia de jornal; inserir um protocolo e responder a um pedido de informações.

Rodier também teria resolvido arquivar o caso sem notificar Edmilson. Mas quando o processo chegou ao Conselho, Salame percebeu que não havia qualquer documento provando que Edmilson fora notificado. Com isso, o Conselho mandou devolver o processo a Rodier, para que ele realizasse diligências para localizar Edmilson. Só que ele considerou Edmilson como não localizado e mandou afixar um Aviso no quadro de avisos de um prédio do MP-PA. Pouco depois, reenviou o processo ao Conselho, para a homologação do arquivamento. Mas, novamente, foi barrado por Salame e pelo Conselho, que determinou que ele intimasse Edmilson através do Diário do Oficial. Só então, Rodier enviou uma correspondência ao gabinete do então

tigação pela primeira vez, ele teria sido até "promovido" pelo então Procurador Geral de Justiça (PGJ), Gilberto Martins, nomeado duas vezes para o cargo pelo pai de Izabela.

A investigação do "dinheirinho" de Izabela se arrasta há quase 7 anos. O caso explodiu em 2014, quando o DIÁRIO recebeu uma gravação bombástica: um diálogo telefônico no qual Izabela, então coordenadora do Propaz, pedia ao então subsecretário de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), Nilo Noronha, a relação das trezentas maiores empresas paraenses, para "começar a buscar esse dinheirinho deles".

O diálogo havia sido gravado pela Polícia Civil, em 2011, durante uma série de interceptações telefônicas, com ordem judicial, para investigar o sequestro de um empresário. O gerente da fazenda de Nilo integrava a quadrilha. Assim, Nilo acabou grameado também, depois de receber um telefonema de seu funcionário. Na época, a polícia não fazia ideia de que os dois naquele diálogo eram a filha do governador e o subsecretário

rio da Fazenda. Mas quando descobriu, o caso virou alvo de uma "operação abafa", no Sistema de Segurança Pública.

Em 23 de setembro de 2014, após a reportagem do DIÁRIO, o então deputado federal Edmilson Rodrigues, hoje prefeito de Belém, protocolou denúncia no MP-PA. Quem primeiro investigou o caso foi o promotor Firmino Matos, que instaurou um Inquérito Civil, em outubro. Ele pediu informações à Sefa, requisitou esclarecimentos à Izabela, enviou ofícios à Justiça, inclusive à Corregedoria das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Pará (TJE). Com isso, acabou até obtendo uma cópia dos grampos policiais, nos quais estaria o diálogo do "dinheirinho". Mas, nove meses depois, em junho de 2015, Firmino foi removido da 4ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, onde ocorria a investigação. A promotora Elaine Castelo Branco assumiu o lugar dele, mas permaneceu poucos meses. Já em 05 de dezembro de 2016, a apur-

ção acabou nas mãos de Rodier Barata de Ataíde, o titular daquela Promotoria. Ai, o inquérito praticamente parou, segundo afirma o procurador de Justiça Hamilton Salame.

Em 13 de novembro de 2019, durante uma reunião do Conselho Superior do MP-PA, Salame disse que, passados 5 anos da instauração do inquérito, dois deles nas mãos de Rodier, não haviam sido realizadas diligências básicas de uma investigação, como tomar os depoimentos de Izabela e Nilo. Também não se havia mandado periciar a gravação do "dinheirinho", que o promotor Firmino Matos obtivera. Idem para as movimentações bancárias e declarações de Imposto de Renda de Izabela e Nilo, que também não haviam sido solicitadas ou requisitadas. Mesmo assim, Rodier determinara o arquivamento do inquérito, porque não encontrara provas ou indícios de improbidade administrativa. Quando a decisão chegou ao Conselho Superior, Salame, o relator do caso, foi contra a homologação. Os integrantes do Conselho acompanharam o voto dele e man-

cia ao gabinete do então deputado, em Brasília.

Rodier acabou nomeado assessor de Gilberto e diretor geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da instituição.

IZABELA

Em 2014, quando o governador era Leste, Izabela nem deu bola para o pedido de informações do promotor Firmino Matos, que comandava as investigações. Em 11 de março do ano passado, como pai fora do governo, ela prestou depoimento ao MP-PA. Disse que pediu a Nilo a lista das trezentas empresas porque havia "um planejamento de, no futuro, buscar doações para um fundo que se objetivava criar, o qual permitisse ampliar, com capital privado, as ações desenvolvidas pelo Propaz (...)". Disse, ainda, que ao afirmar que pretendia "buscar dinheirinho das empresas" se referia "a captar pequenas quantias que, juntas, pudessem permitir futuros financiamentos de projetos sociais do Propaz (...)". E que, quando afirmou "pra gente começar", queria dizer o Poder Público.

Procuradora diz que homologação seria prematura

Quem tomou o depoimento de Izabela foi o promotor Daniel Azevedo, que também viria a determinar o arquivamento do caso. No entanto, também ele foi barrado pelo relator, Hamilton Salame, que entende, no final do ano passado, que ainda não haviam sido cumpridas duas diligências determinadas pelo Conselho, naquela reunião de 2019. Entre elas, uma perícia contábil pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI) do MP, com o exame da evolução patrimonial, entre 2011 e 2014, de Izabela e Nilo, após a quebra dos sigilos bancários e fiscais deles

dois. A relatoria do caso já não pertence a Salame: está nas mãos da procuradora Maria do Socorro Mendo. Mas, na sessão do Conselho Superior do último dia 9, foi dela o voto contrário ao arquivamento, aprovado à unanimidade pelos demais conselheiros.

Socorro disse que a homologação seria "prematura", já que o GATI ainda não conseguiu analisar a evolução patrimonial de Izabela: faltam as declarações de Imposto de Renda do ex-marido dela, Ricardo Souza, nas quais estão os seus bens, direitos e obrigações. Os documentos foram solicitados pelo MP

no último 24 de fevereiro, mas ainda não chegaram ao GATI. Segundo o advogado de Izabela, porque ela "não tem mais acesso a ele (Ricardo)". No entanto, segundo Socorro, também não foi analisada a evolução patrimonial de Nilo Noronha. "São diligências que foram deferidas por este Conselho e que não foram, na sua totalidade, realizadas. Dessa forma, ainda pairam dúvidas a respeito do cometimento ou não dos supostos atos de improbidade administrativa, porventura perpetrados pelos investigados nesse inquérito civil (...)".

Ela pediu celeridade do

andamento das investigações, tendo em vista o tempo decorrido, e lembrou que já se passou um ano e meio desde que o Conselho determinou tais diligências. Agora, resta saber quem será o novo promotor do caso. Rodier Barata, que ocupava cargo comissionado, reassumiu a 4ª Promotoria de Improbidade, no último dia 12, após o fim do mandato do ex-PGJ, Gilberto Martins, e já no dia 30 enviou um documento ao Conselho "encerrando" a sua participação nas investigações e pedindo que o órgão homologasse ou não, de uma vez por todas, o arquivamento.

Atendimento: tribunais implantam o Balcão Virtual

JUDICIÁRIO

Luiz Flávio

Realizar o atendimento remoto ao público evitando o contato presencial e, por consequência, o risco de contaminação por Covid-19. Esse é o principal objetivo do projeto Balcão Virtual, implementado em todos os tribunais do país por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Balcão Virtual foi criado para tornar ainda mais ágil o atendimento ao público, que agora tem acesso imediato aos serviços judiciários sendo direcionado remotamente ao setor de atendimento remoto de cada unidade judiciária. Os usuários podem obter qualquer informação sobre os processos judiciais em andamento no sistema PJe.

A 17ª Vara do Trabalho de Belém foi pioneira no uso da tecnologia e do atendimento virtual no Estado no ano passado, e 100% dos seus processos tramitam pelo PJe. Cinco servidores fazem o atendimento no balcão em escala de revezamento. A servidora Juliette Albino Viana destaca a importância e praticidade desse canal virtual. Segundo ela, os usuários podem tirar dúvidas e se comunicar diretamente com os servidores e magistrados.

"Nas notificações iniciais já estamos colocando também, além do e-mail e telefone, o link da sala de atendimento virtual, para que as partes que não tenham advogado possam acessar, para tirar dúvidas", detalha.

Com a pandemia e o consequente isolamento social, o juiz Carlos Zahlouth, titular da 17ª vara, lembra que

as partes e os advogados ficaram impossibilitados de se dirigir diretamente ao juiz e aos servidores das varas. "Ano passado, logo após o primeiro lockdown, pensei na criação de uma ferramenta que disponibilizasse um link gratuito para que as partes pudessem se comunicar com o magistrado".

Inicialmente o serviço funcionava de segunda a sexta, de 9h às 11h. "Acessando o link o cidadão conversava com o servidor através de um chat, com áudio e vídeo. Havendo necessidade o juiz participava. A corregedoria achou a medida interessante e ainda no ano passado estendeu a medida para todas as varas e secretarias de turmas. E em seguida o CNJ incorporou a ideia e a estendeu para o país todo".

O acesso dos usuários do TRT8 ocorre por videoconferência, agendada através da ferramenta corporativa Google Meet, isso para quem precisa de atendimento na secretaria judicial das unidades, pois há outros canais disponibilizados pelo TRT8 como telefone, e-mail e WhatsApp Business.

O Balcão Virtual funciona nos dias úteis, de 8h às 11h. Para acesso ao serviço, o usuário deve selecionar o link Balcão Virtual localizado na seção inferior do Portal do TRT8 e identificar a unidade judiciária com a qual deseja falar. Um servidor do TRT8 estará disponível para prestar o atendimento de forma remota.

No Tribunal de Justiça do Estado o balcão foi implantado no último dia 1/06 e possibilita acesso direto ao atendimento das unidades judiciárias e administrativas, de



EM IMAGENS 1 Balcão Virtual torna mais ágil o atendimento ao público
2 Carlos Zahlouth FOTOS: SIMPLICAÇÃO



1º e 2º graus do poder Judiciário do Pará. O serviço funciona de 8h às 14h, de segunda à sexta-feira (exceto feriados). Para o serviço, o cidadão deve acessar a página principal do TJPA (<https://www.tjpa.jus.br>), clicar em Atendimento/Balcão Virtual e digitar a Comarca ou Unidade. Em seguida, é disponibilizado seu acesso junto ao telefone e endereço eletrônico da unidade. O atendimento virtual pode ser realizado por comunicação simultânea em tempo real entre o emissor e o receptor, podendo ocorrer

por aplicativos de videoconferência ou telefone; ou pelos que não exigem comunicação simultânea entre o emissor e o receptor, podendo ser por e-mail ou mensagem de texto (chat).

A desembargadora presidente do TJPA, Célia Regina de Lima Pinheiro, destaca que o Judiciário vive um tempo de mudanças nas relações e nos processos de trabalho. "O Balcão Virtual funciona como um instrumento integrante dessa evolução, de forma que o poder Judiciário do Estado do Pará vai estar atenden-

BALCÃO VIRTUAL

• TRT8

Horário de atendimento: 8h às 11h (com agendamento)
Local: Salas virtuais da ferramenta Google Meet, disponíveis para acesso no link <https://www.trt8.jus.br/servicos/balcao-virtual-fora-do-expediente>

• TJPA

Atendimento: 8h às 14h
Local: http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Balcao-Virtual/#696287-balcao-virtual_xhtml

• TRE DO PARÁ

Atendimento: das 8h30 às 11h30 (sem necessidade de agendamento)
Local: Salas virtuais da ferramenta Google Meet, disponíveis para acesso no link <https://www.trepa.jus.br/servicos-judiciais/balcao-virtual>

TRE-PA atende também por videoconferência

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do PA) também implantou o atendimento ao público externo por videoconferência através do Balcão Virtual. O atendimento é feito pela plataforma Google Meet, das 8h30 às 11h30. No link <https://www.trepa.jus.br/servicos-judiciais/balcao-virtual>, o usuário irá encontrar os links de acesso às salas da ferramenta Google Meet. A página também disponibiliza arquivos em PDF que orientam como proceder durante a videoconferência, link para download do aplicativo para smartphones e um tutorial com orientações sobre uso do aplicativo de videoconferência.

Para o atendimento referente aos processos em tramitação no primeiro grau será necessário clicar na guia "Sistema Contato" e fazer a solicitação de videoconferência. As funções de protocolo ou encaminhamento de documentos/petições não estão disponíveis via Balcão Virtual e deverão ser realizadas através dos demais meios disponíveis.

"O objetivo é dinamizar, dar celeridade ao trabalho não só da Secretaria Judiciária, mas também das zonas eleitorais do Estado", diz a desembargadora Lúcia Nádja Guimarães, presidente do TRE do Pará.



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfincosta@gmail.com

Mais uma

O desembargador Roberto Gonçalves de Moura, da 1ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado manteve o contrato administrativo firmado entre a banca de advogados Mendes e Mendes e a prefeitura de Rondon do Pará. Essa foi a segunda vitória consecutiva do escritório em denúncias feitas sem embasamento pelo Ministério Público e acatadas por juízes de 1ª instância. Na primeira, o desembargador José Maria Teixeira do Rosário, da 2ª Turma do Direito Público, reconheceu a legalidade dos serviços prestados pela banca à prefeitura e Câmara de São Miguel do Guamá.

Prematura

Roberto Moura destacou ainda que a decisão de 1º grau suspendendo o contrato foi prematura, levando em consideração a falta de comprovação das alegações apresentadas pelo Ministério Público. Além de serviços advocatícios e de consultoria, o escritório também auxilia a prefeitura em questões relacionadas à gestão de governança pública, auditoria, due diligence, matriz de risco corporativa e compliance.

DESEMBARGADOR LEONAM GONDIM É O MAIS NOVO "IMORTAL" DA ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS (APL)

O vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, tomou posse como membro da Academia Paraense de Letras (APL), ocupando a cadeira número seis, cujo patrono é Bezerra de Albuquerque. Anteriormente, ela foi ocupada pela escritora Lucy Gorayeb Mourão e pelo pai do desembargador, Leonam Gondim da Cruz. A sessão solene foi realizada na noite da última quinta-feira no plenário do TRE. Os convidados receberam o livro de poemas "Lira Grega", lançado na ocasião. Autor ecletico, o novo "imortal" é autor de obras jurídicas, livros infantis e poemas.



Novo desembargador do trabalho é empossado no TRT8



O novo desembargador do Trabalho do TRT8 Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior foi nomeado pelo presidente da República no dia 7/06 em ato publicado no DOU do dia 8. A posse administrativa de Raimundo, que era titular da 16ª VT de Belém e ascendeu por merecimento, ocorreu na tarde do último dia 9 e foi conduzida pela presidente do TRT8, desembargadora Graziela Leite Colares, contando com a participação dos familiares do magistrado, com a observação dos protocolos de segurança em razão da pandemia da Covid-19.

DPE instala escritório da atividade de representação em Brasília

A Defensoria Pública do Pará instalou na última quarta-feira o escritório da atividade especial de representação em Brasília que terá uma atuação estratégica na defesa dos assistidos pelo órgão, ampliando a cobertura de atendimento à população e aos grupos vulneráveis. Outro ponto positivo da representação da DPE em Brasília é o desempenho frente aos processos que tramitam nos Tribunais Superiores, além da realização de diligências



necessárias para o andamento das atividades. Na foto (esq. para a dir.) os defensores públicos Arnaldo Peres (assessor de gabinete),

Anelyse Freitas (representante da DPE no DF), o defensor público geral João Paulo Lédio; e o defensor David Oliveira (Diretor do Interior)

OAB-PA apresenta pleitos da advocacia paraense ao ministro corregedor do TST

A reunião virtual ocorreu na última terça-feira e deu continuidade à Correição que está sendo realizada no TRT8 pelo ministro corregedor do TST, Aloysio Corrêa. Em pauta, os problemas enfrentados pela advocacia trabalhista paraense neste período de pandemia. O funcionamento das varas em Belém no interior e as dificuldades de acesso às audiências virtuais pelas partes e advogados foram as principais demandas apresentadas. A inobservância dos magistrados quanto às audiências virtuais e híbridas, acesso a desembargadores e servidores do



Tribunal, acesso a processos físicos e agendamento para acesso a juízes também foram outros temas tratados. Pela ordem, participaram Jader Kahwage, conselheiro federal pela OAB-PA, Claudiaovany Teixeira, conselheira seccional, e Felipe Jacob, procurador-geral adjunto de prerrogativas.

VERBIS

O Valente & Borges - Advogados e Consultores está fortalecendo e ampliando seu trabalho de compliance para empresas no Estado do Pará. Inclui, inclusive, realizando várias parcerias com profissionais de outras áreas para entregar um resultado mais efetivo para seus clientes. O escritório é comandado pelos advogados Felipe Borges e Natasha Valente.

Nasessão de encerramento da Correição Ordinária do TRT8 o corregedor-geral da Justiça do Trabalho ministro Aloysio Corrêa da Veiga destacou os bons percentuais de conciliação do TRT8, que chegou em 2019 a 51,9% e agora, em 2020/2021 já se encontra em 47% a média mensal.

O corregedor-geral da JT destacou o desenvolvimento dos CEJUSCs. "O TRT8 se sobressaiu com uma atuação diferenciada, pois tem procurado atuar neste sentido do telepresencial e, como possibilidade

de retorno gradual, criar mecanismo de videoconferência, com garantias de segurança adequadas, seguindo a orientação da Corregedoria Regional do TRT", disse.

O Conselho do CNJ, Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro, e o juiz federal do TRF-5, Marco Bruno Miranda Clementino, ministraram a manhã da última sexta-feira o Seminário da Cooperação Judiciária na Justiça Eleitoral e Resolução 350/2020. O evento foi realizado de forma presencialmente, no plenário Antônio Koury, na sede do TRE do PA, e em uma live no YouTube, com mais de 300 inscritos.

Promovido pelo TRE do Pará, coordenado pelo Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) e organizado pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE), o seminário lançou oficialmente o Canal da Cooperação Judiciária, que tem o objetivo de simplificar e dar celeridade aos atos processuais.

**MAURO BONNA**Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna

@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

Visão

Até o final do ano, o Grupo Visão encerra a sua recuperação judicial. Já foi paga a totalidade dos créditos trabalhistas. O Basa, que era o único credor na classe Garantia, aceitou os termos do que foi aprovado no Plano de Recuperação e ficou com o imóvel na São Pedro.

Pequenos

Nas classes quirografários e pequenos/micro empresa, o Grupo Visão criou a Sociedade de Propósito Específico - SPE, com patrimônio de quase 15 milhões incorporados por imóveis, onde cada credor tem uma cota proporcional ao crédito. A expectativa é que nos próximos 30 dias seja autorizada a venda do imóvel.



OPERAÇÃO CAIPORA 2

Suspeito de crime de estupro de vulnerável é preso em Belém

Policiais federais cumpriram prisão preventiva além de busca e apreensão em uma residência na capital paraense

domingo, 13/06/2021, 16:30 - Atualizado em 13/06/2021, 16:30 - Autor: Com informações da PF



A operação foi realizada na manhã deste domingo (13) | Polícia Federal

Com o objetivo de investigar crimes de produção e armazenamento de pornografia infantil, além do estupro de vulnerável de uma menor de idade, a Polícia Federal deflagrou a operação “Caipora 2”, nome que remete a um personagem da mitologia tupi-guarani, representado como um pequeno e ágil indígena.

LEIA TAMBÉM: [Polícia prende golpista da internet na Marambaia](#)

PUBLICIDADE

A operação foi realizada na manhã deste domingo (13), em Belém, para cumprir a prisão preventiva, além de busca e apreensão, na casa de um investigado - que não teve a identidade revelada - por crimes relacionados a estupro de vulnerável, além da produção de material contendo imagens e vídeos de abuso sexual infanto-juvenil.

De acordo com a Polícia Federal, as investigações foram iniciadas no Nurcop (Núcleo de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia), em seguida conduzidas pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos (GRCC) da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Pará.

Mulher flagra e apedreja carro do marido na saída de motel

Os crimes de estupro de vulnerável, produção e armazenamento de pornografia infantil possuem penas máximas que, se somadas, podem chegar a 27 anos de prisão.



MAIS UMA VEZ

Caso “dinheirinho”: Conselho do MP barra arquivamento

Escândalo envolvendo Izabela Jatene, filha de Simão Jatene, teve o arquivamento recusado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

domingo, 13/06/2021, 09:43 - Atualizado em 13/06/2021, 09:43 - Autor: Ana Célia Pinheiro



O Conselho Superior do Ministério Público do Pará (MP-PA) recusou, mais uma vez, o arquivamento do escândalo do “dinheirinho” de Izabela Jatene, filha do ex-governador Simão Jatene. Foi a quinta tentativa de encerrar o caso, três delas realizadas pelo promotor Rodier Barata de Ataíde, da 4ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa. Em 2019, ele foi alvo de críticas públicas pelo procurador de Justiça Hamilton Salame, porque, durante dois anos, quase nada teria feito para investigar o caso, levando a que quase prescrevesse. A decisão do Conselho de não homologar o arquivamento e designar outro promotor para o caso é do último dia 9 e foi unânime. Além disso,

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

a Corregedoria do MP-PA vai analisar a possibilidade de “supressão de produtividade” de Rodier, uma pontuação para eventual promoção funcional. Em 2019, depois de tentar arquivar a investigação pela primeira vez, ele teria sido até “promovido” pelo então Procurador Geral de Justiça (PGJ), Gilberto Martins, nomeado duas vezes para o cargo pelo pai de Izabela.

PUBLICIDADE



Simão Jatene Ricardo Amanajás

A investigação do “dinheirinho” de Izabela se arrasta há quase 7 anos. O caso explodiu em 2014, quando o DIÁRIO recebeu uma gravação bombástica: um diálogo telefônico no qual Izabela, então coordenadora do Propaz, pedia ao então subsecretário de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), Nilo Noronha, a relação das trezentas maiores empresas paraenses, para “começar a buscar esse dinheirinho deles”.

O diálogo havia sido gravado pela Polícia Civil, em 2011, durante uma série de interceptações telefônicas, com ordem judicial, para investigar o sequestro de um empresário. O gerente da fazenda de Nilo integrava a quadrilha. Assim, Nilo acabou grampeado também, depois de receber um telefonema de seu funcionário. Na época, a polícia não fazia ideia de que os dois naquele diálogo eram a filha do governador e o subsecretário da Fazenda. Mas quando descobriu, o caso virou alvo de uma “operação abafa”, no Sistema de Segurança Pública.

PUBLICIDADE

Em 23 de setembro de 2014, após a reportagem do DIÁRIO, o então deputado federal Edmilson Rodrigues, hoje prefeito de Belém, protocolou denúncia no MP-PA. Quem primeiro investigou o caso foi o promotor Firmino Matos, que instaurou um Inquérito Civil, em outubro. Ele pediu informações à Sefa, requisitou esclarecimentos à Izabela, enviou ofícios à Justiça, inclusive à Corregedoria das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Pará (TJE). Com isso, acabou até obtendo uma cópia dos grampos policiais, nos quais estaria o diálogo do “dinheirinho”. Mas, nove meses depois, em junho de 2015, Firmino foi removido da 4ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, onde ocorria a investigação. A promotora Elaine Castelo Branco assumiu o lugar dele, mas permaneceu poucos meses. Já em 05 de dezembro de 2016, a apuração acabou nas mãos de Rodier Barata de Ataíde, o titular daquela Promotoria. Aí, o inquérito praticamente parou, segundo afirma o procurador de Justiça Hamilton Salame.

[STF mantém quebra de sigilo de Pazuello e Capitã Cloroquina](#)

PUBLICIDADE

Em 13 de novembro de 2019, durante uma reunião do Conselho Superior do MP-PA, Salame disse que, passados 5 anos da instauração do inquérito, dois deles nas mãos de Rodier, não haviam sido realizadas diligências básicas de uma investigação, como tomar os depoimentos de Izabela e Nilo. Também não se

havia mandado periciar a gravação do “dinheirinho”, que o promotor Firmino Matos obtivera. Idem para as movimentações bancárias e declarações de Imposto de Renda de Izabela e Nilo, que também não haviam sido solicitadas ou requisitadas. Mesmo assim, Rodier determinara o arquivamento do inquérito, porque não encontrara provas ou indícios de improbidade administrativa. Quando a decisão chegou ao Conselho Superior, Salame, o relator do caso, foi contra a homologação. Os integrantes do Conselho acompanharam o voto dele e mandaram realizar todas aquelas diligências que Rodier não realizara. Segundo Salame, ao longo de quase 2 anos, o promotor se limitara a anexar aos autos alguns documentos, como a cópia de uma notícia de jornal; inserir um protocolo e responder a um pedido de informações.

Rodier também teria resolvido arquivar o caso sem notificar Edmilson. Mas quando o processo chegou ao Conselho, Salame percebeu que não havia qualquer documento provando que Edmilson fora notificado. Com isso, o Conselho mandou devolver o processo a Rodier, para que ele realizasse diligências para localizar Edmilson. Só que ele considerou Edmilson como não localizado e mandou afixar um Aviso no quadro de avisos de um prédio do MP-PA. Pouco depois, reenviou o processo ao Conselho, para a homologação do arquivamento. Mas, novamente, foi barrado por Salame e pelo Conselho, que determinou que ele intimasse Edmilson através do Diário do Oficial. Só então, Rodier enviou uma correspondência ao gabinete do então deputado, em Brasília.

Rodier acabou nomeado assessor de Gilberto e diretor geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da instituição.

Chegada da vacina da Janssen será antecipada no Brasil

Izabela

Em 2014, quando o governador era Jatene, Izabela nem deu bola para o pedido de informações do promotor Firmino Matos, que comandava as investigações. Em 11 de março do ano passado, com o pai fora do governo, ela prestou depoimento ao MP-PA. Disse que pediu a Nilo a lista das trezentas empresas

porque havia “um planejamento de, no futuro, buscar doações para um fundo que se objetivava criar, o qual permitisse ampliar, com capital privado, as ações desenvolvidas pelo Propaz (...)”. Disse, ainda, que ao afirmar que pretendia “buscar dinheirinho das empresas” se referia “a captar pequenas quantias que, juntas, pudessem permitir futuros financiamentos de projetos sociais do Propaz (...)”. E que, quando afirmou “pra gente começar”, queria dizer o Poder Público.

Procuradora diz que homologação seria prematura

Quem tomou o depoimento de Izabela foi o promotor Daniel Azevedo, que também viria a determinar o arquivamento do caso. No entanto, também ele foi barrado pelo relator, Hamilton Salame, que entendeu, no final do ano passado, que ainda não haviam sido cumpridas duas diligências determinadas pelo Conselho, naquela reunião de 2019. Entre elas, uma perícia contábil pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI) do MP, com o exame da evolução patrimonial, entre 2011 e 2014, de Izabela e Nilo, após a quebra dos sigilos bancários e fiscais deles dois. A relatoria do caso já não pertence a Salame: está nas mãos da procuradora Maria do Socorro Mendo. Mas, na sessão do Conselho Superior do último dia 9, foi dela o voto contrário ao arquivamento, aprovado à unanimidade pelos demais conselheiros.

Socorro disse que a homologação seria “prematura”, já que o GATI ainda não conseguiu analisar a evolução patrimonial de Izabela: faltam as declarações de Imposto de Renda do ex-marido dela, Ricardo Souza, nas quais estão os seus bens, direitos e obrigações. Os documentos foram solicitados pelo MP no último 24 de fevereiro, mas ainda não chegaram ao GATI. Segundo o advogado de Izabela, porque ela “não tem mais acesso a ele (Ricardo)”. No entanto, segundo Socorro, também não foi analisada a evolução patrimonial de Nilo Noronha. “São diligências que foram deferidas por este Conselho e que não foram, na sua totalidade, realizadas. Dessa forma, ainda pairam dúvidas a respeito do cometimento ou não dos supostos atos de improbidade administrativa, por ventura perpetrados pelos investigados nesse inquérito civil (...)”.

Ela pediu celeridade do andamento das investigações, tendo em vista o tempo decorrido, e lembrou que já se passou um ano e meio desde que o Conselho determinou tais diligências. Agora, resta saber quem será o novo promotor do caso. Rodier Barata, que ocupava cargo comissionado, reassumiu a 4ª Promotoria de Improbidade, no último dia 12, após o fim do mandato do ex-PGJ, Gilberto Martins, e já no dia 30 enviou um documento ao Conselho “encerrando” a sua participação nas investigações e pedindo que o órgão homologasse ou não, de uma vez por todas, o arquivamento.



CERIMÔNIA

Casamento comunitário virtual celebra união de 42 casais

Evento ganhou versão on-line em virtude da pandemia de Covid-19

🕒 sábado, 12/06/2021, 16:38 - Atualizado em 12/06/2021, 17:22 - 🧑 Autor: Com informações do TJPA



A troca de votos e alianças foi concretizada no Dia dos Namorados | Érika M Nunes/TJPA

Para o amor não existem barreiras. Seja em casa ou na igreja, o objetivo de 42 casais paraenses se resumia em um só: concretizar o sonho de trocar votos e alianças no Dia dos Namorados.

O tradicional casamento comunitário realizado pelo Tribunal de Justiça foi celebrado, em formato virtual, neste sábado (12), em razão dos protocolos

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

preventivos de contaminação à Covid-19. A cerimônia contou com mais de 500 visualizações pela internet.



A cerimônia contou com mais de 500 visualizações pela internet. Érika M Nunes/TJPA

“Quero ressaltar que o amor tudo sustenta e nos impulsiona a enfrentar desafios, inclusive esse, de, mesmo em uma situação de pandemia, que poderia ser um dificultador da realização desse sonho de unir um ao outro pelo laço do matrimônio, estarmos aqui, inovando, promovendo a concretização desse desejo de forma virtual”, afirmou a desembargadora do TJPA, Dahil Paraense.

Os mais diversos casais participaram da celebração, como Regina Machado, 61, e Jailton Borges, 49, que estão juntos há cinco anos. Ou os pombinhos Dayene de Almeida, 19, e Filipe Ferreira, 21, que se conheceram ainda na escola e estão juntos há mais de um ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Casamento comunitário virtual oficializa a união de 42 casais no Dia dos Namorados, no Pará

TJPA garantiu a isenção de custos aos casais, que tiveram a emissão gratuita das certidões de casamento.

Por G1 PA — Belém

13/06/2021 11h39 - Atualizado há 23 horas



Casais selaram união em casamento comunitário virtual — Foto: TJPA

Quarenta e dois casais oficializaram a união no tradicional casamento comunitário, realizado no formato virtual neste sábado (12), Dia dos Namorados, pelo Tribunal de Justiça do Pará. Transmitida virtualmente em razão dos protocolos preventivos de contaminação à Covid-19, a cerimônia online foi celebrada do plenário do edifício-sede do TJPA, em Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A celebração remota, que teve mais de 500 visualizações pela internet, encerrou as atividades da V Semana Estadual da Conciliação, iniciada no último dia 7. O evento garantiu a isenção de custos aos casais, por meio de uma parceria com o Cartório de Registro Civil do 2º. Ofício Guedes de Oliveira, na emissão gratuita das certidões.

Celebração do amor

O casal mais jovem a oficializar união na cerimônia comunitária foi Dayene de Almeida, de 19 anos, e Filipe Ferreira, de 21 anos. Eles se conheceram ainda na escola e estão juntos há mais de um ano. “Será a passagem para uma nova fase nas nossas vidas. Às vezes, as pessoas conseguem se casar com desconto, mas, mesmo assim, sai caro para quem não tem estabilidade financeira. É uma ótima iniciativa, espero que continue”, avaliou Dayene.

Unido há cinco anos, o casal Regina Machado, de 61 anos, e Jailton Borges, de 49 anos, também oficializou o casamento. “Acho maravilhoso. Tentamos nos casar no cartório desde que completamos três anos de união, mas sempre foi muito caro. Esperamos mais um tempo e agora estamos realizando nosso sonho”, disse Regina.

“Quero ressaltar que o amor tudo sustenta e nos impulsiona a enfrentar desafios, inclusive esse, de mesmo em uma situação de pandemia, que poderia ser um dificultador da realização desse sonho de unir um ao outro pelo laço do matrimônio, estamos aqui, inovando, promovendo a concretização desse desejo de forma virtual”, afirmou a desembargadora Dahil Paraense.